



**INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL®**

*Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do  
Comando do Exército*

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90033/2026 (SRP)**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026PR000033**

**INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL**, Empresa Pública Federal, vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando do Exército, constituída pela Lei nº 6.227, de 14/07/1975, com seu Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária nº **01/2026**, realizada em **28/01/2026**, registrado perante a Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal - JUCISDF, em **19/02/2026**, conforme NIRE **53500000275** e sob nº **2968375**, publicado no Diário Oficial União de **24/02/2026**, **Seção 1, páginas 15 a 21**, arquivado e publicado na JUCISDF sob nº **2978251**, em **27/02/2026**, regida pela Lei nº 13.303, de 30/06/2016, Lei nº 6.404, de 15/12/1976, Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, e demais legislações aplicáveis, classificada como Empresa Pública Dependente, nos termos do art. 2º, III, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 e da Portaria nº 289, de 29/05/2008, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, publicada no DOU, Seção I, de 30/05/2008, com capital integralmente subscrito pela **UNIÃO**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.444.232/0001-39, com **SEDE** e foro na cidade de Brasília - Distrito Federal, localizada no Quartel General do Exército, Bloco “H”, 3º Pavimento, Setor Militar Urbano - SMU, Brasília - Distrito Federal, CEP: 70630-901, e com **FILIAL** denominada, FÁBRICA DE ITAJUBÁ – MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.444.232/0007-24, Inscrição Estadual nº 324.219.741.0138, localizada na Av. Coronel Aventino Ribeiro Nº 1099 - Bairro Imbel, CEP: 37.501-345, por intermédio de seu pregoeiro designado pela portaria nº 557-CHFI, de 29 de abril de 2025, realizará licitação na modalidade **Pregão**, na forma **eletrônica, tipo menor preço do item**, com o fim de escolher a proposta mais vantajosa e realizar o registro de preços para aquisição de **“MATERIAIS DE INFORMÁTICA”**, nos termos da lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023, da instrução normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da instrução normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, da lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Regulamento de Licitações e Contratos da Imbel – aprovado na 368ª reunião do CA/IMBEL®, aplicando-se, subsidiariamente, a lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e as exigências estabelecidas neste edital.

ATIVIDADE	DATA E HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA
DATA E HORÁRIO PARA INÍCIO DE CADASTRO DE PROPOSTAS	<b>08/06/2026 – 08:00</b>
DATA E HORÁRIO LIMITES PARA CADASTRO DE PROPOSTAS	<b>18/06/2026 – 09:00</b>
DATA E HORÁRIO PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA	<b>18/06/2026 – 09:01</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO: <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a> UASG <b>168005</b> CONTATO: 35 3629 9423 E-mail: <a href="mailto:evelin.fi@imbel.gov.br">evelin.fi@imbel.gov.br</a> / <a href="mailto:evelin.salcfi@gmail.com">evelin.salcfi@gmail.com</a>	

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de **“MATERIAIS DE INFORMÁTICA”**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como eventuais adesões são as que constam da minuta da Ata de Registro de Preços.

## **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O credenciamento exigido nos arts. 9º a 11 do Decreto n. 10.024, de 2019, constitui-se em cadastro prévio de identificação, com a finalidade de agilizar o procedimento e permitir a efetiva participação dos interessados no certame – Parecer n. 129/2011/DECOR/CGU/AGU.

3.3. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. A não observância deste disposto poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1. Poderão participar deste Pregão somente os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- 4.4.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
  - 4.4.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 4.4.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 4.4.4. que se enquadrem nas vedações previstas nos Artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303, de 2016;
  - 4.4.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
  - 4.4.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
  - 4.4.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
    - 4.5.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
    - 4.5.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
  - 4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
  - 4.5.3. que cumpre os requisitos para habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
  - 4.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
  - 4.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
  - 4.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
  - 4.5.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
  - 4.5.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
  - 4.5.9. que cumpre os requisitos do Decreto n. 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência em caso de fornecimento de bens de informática.
  - 4.5.10. a declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

## **5. DA ABERTURA E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta às 09:01hs, do dia 18 de JUNHO de 2026 (horário de Brasília-DF).**

5.1.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, sendo que somente nesta fase de julgamento o pregoeiro convocará os participantes com as melhores propostas para o respectivo envio de documentos – anexos proposta + catálogo + documentos de habilitação.

5.1.2. O cadastro do valor da proposta deverá ser feito até a data e horário definidos no edital para o início do certame"

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.1.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.1.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.1.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.1.9. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência, indicados no Termo de Referência.

6.1.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.1.10.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário** do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser ao mínimo de:

- R\$ 5,00 (cinco reais) quando o valor unitário for superior a R\$ 100,00(cem reais)
- 5% (cinco por cento) quando o valor unitário for inferior a R\$ 100,00(cem reais)

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata do item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

7.15. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.20.1. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de



pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021.

7.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.1. A negociação será por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos nesse Edital e já apresentados.

7.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.32. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e seus anexos, observado o dispositivo no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

7.33. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018-TCU-Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.33.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.34. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentem sua suspeita.

7.35. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.36. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 horas (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

7.37. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.38. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.39. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.

7.40. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.40.1. As amostras deverão ser enviadas com Nota Fiscal Eletrônica de REMESSA DE AMOSTRA GRÁTIS, em embalagem original do produto, A/C de Evelin da Seção de Compras.

7.40.2. O não envio do material solicitado poderá acarretar a desclassificação do licitante para o item.

7.41. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.41.1. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.41.2. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.41.3. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

7.41.4. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 05 (dias) quando for o caso, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

7.41.5. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.42. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.42.1. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.43. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.44. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.



7.45. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.45.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.45.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.46. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.47. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.2. SICAF;

8.2.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.3.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.3.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.4.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.4.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.4.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

8.4.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 horas, sob pena de inabilitação.

8.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.7.2. Ressalvado o disposto no item 8.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

## **8.8 Habilitação jurídica:**

8.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

8.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.8.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

8.8.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.8.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.8.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

## **8.9. Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, cumprindo informar que o artigo 193 do CTN preceitua que a prova da quitação de todos os tributos devidos dar-se-á no âmbito da Fazenda Pública interessada, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre. A comprovação de inscrição no cadastro de contribuinte e regularidade fiscal correspondente (estadual ou municipal) considerará a natureza da atividade, objeto da licitação. A exigência de inscrição no cadastro estadual decorre do âmbito da tributação incidente sobre o objeto da licitação; tratando-se de compras incide o ICMS, tributo estadual;

8.9.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei, conforme dispõe a Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018, que: “Art. 13. A Regularidade Fiscal Estadual, Distrital e Municipal, junto ao SICAF, do fornecedor considerado isento dos tributos estaduais ou municipais, será comprovada mediante a inserção no sistema da declaração da Fazenda Estadual ou da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.”;

8.9.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

## **9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

9.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.3.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

## 10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

10.1.1.1. De que a licitante já tenha fornecido os bens pertinentes e compatíveis com os deste certame na quantidade de pelo menos 50% ao quantitativo estimado desta licitação.

10.2. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício. A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

10.2.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.2.1.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.3.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.5. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.6. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.7. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.7.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.2. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.6. Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 desta Lei; (art. 12º, Inciso II da Lei nº 14.133/21).

11.6.1. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso, no máximo duas casas decimais.

11.7. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.8. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.9. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.10. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

## **12. DOS RECURSOS**

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista, será concedido o prazo de no mínimo (10) dez minutos após a fase de julgamento e mínimo (10) dez minutos após a fase de habilitação, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem manifeste intenção de recurso, o sistema aceitará automaticamente.

12.2.1 A partir do cadastro de intenção de recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.



13.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

#### **14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

#### **15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

15.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

#### **16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicado o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo da validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitantes(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.4.1. Será incluído na ata, sob forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 31 da Lei 13.303/2016;

#### **17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.1.1. A teor do Art. 156 do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL®, aplicável subsidiariamente à modalidade pregão, o termo de contrato é facultativo nas contratações com valor de até 50.000,00 (cinquenta mil reais), e nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos. Assim, não havendo termo de contrato, este poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, como carta contrato, nota de empenho de despesa ou autorização de compra, nos quais deve constar expressamente a vinculação à proposta e aos termos do edital de licitação.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.5.1. a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei 13.303/2016, Lei nº 14.133/2021 e Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL®;

17.5.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.5.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na cláusula 19 do contrato e reconhece os direitos da Administração previstos na mesma cláusula contratual.

17.6. O prazo de vigência da Contratação é de 12 meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

17.7. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

17.7.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

17.7.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.7.3. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL**

18.1. A avença a ser firmada poderá sofrer reajuste de preços, obedecendo à seguinte regra:

18.1.1. o primeiro reajustamento poderá ocorrer após decorridos 12 (doze) meses, contados a partir da data efetiva da proposta de preços;

18.1.2. os reajustes subsequentes ocorrerão decorridos 12 (doze) meses, a contar da data do primeiro reajustamento;

18.1.3. será admitido pela Administração o reajustamento com base no índice do IPCA, sobre o valor praticado no contrato;

18.1.4. caso ocorra a extinção do índice fixado pela Administração, as partes em comum acordo, elegerão novo índice para reajuste;

18.1.5. o preço contratado será reajustado para mais ou para menos, de acordo com a variação do índice indicado no item 18.1.3. com base na fórmula abaixo, vedada a periodicidade de reajuste inferior a um ano (12 meses), contados da data limite para apresentação da proposta (redação dada pelo Decreto nº 1.110, de 13/04/1994) - Decreto nº 1054, de 07/02/1994:

$I - I_0$

$R = V \frac{I - I_0}{I_0}$ , onde:

$I_0$

R = valor do reajuste procurado;

V = valor contratual do fornecimento, obra ou serviço a ser reajustado;

$I_0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = índice relativo à data do reajuste

18.1.6. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

## **19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

19.1. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

19.1.1. Em se tratando de obras e serviços:

- a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;
- b) definitivamente, por empregado ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 81 da Lei 13.303/2016.

19.1.2. Em se tratando de compras ou de locação de equipamentos:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

§1º Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.

§2º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§3º O prazo a que se refere a alínea "b" deste artigo não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital, conforme o disposto no artigo **182 § 3º do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL®**.

§4º Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este artigo não ser, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à IMBEL® nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

19.2. Poderá ser dispensado o recebimento provisório nos seguintes casos:

I - gêneros perecíveis e alimentação preparada;

II - serviços profissionais;

III - obras e serviços de valor até o previsto no inciso I do art. 39 do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL®, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Parágrafo Único. Nos casos deste artigo, o recebimento será feito mediante recibo.

19.3. Salvo disposições em contrários constantes do edital, os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

19.4. A IMBEL® rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato, inclusive quanto às características dos materiais.

Parágrafo Único. Em havendo divergência entre quantidade do objeto contratado em relação ao material entregue, a IMBEL® comunicará à contratada, que deverá providenciar a entrega do material faltante, sem custos adicionais à contratante.

19.5. O recebimento de material cujo valor seja superior ao dobro do valor estabelecido no inciso II do artigo 39 do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL® deverá ser realizado por comissão especialmente constituída de, no mínimo, três membros.

19.6. O objeto desta licitação deverá ser entregue na Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL® FI – Av. Cel. Aventino Ribeiro, 1.099, Bairro Imbel, Itajubá-MG, CEP: 37501-345, após o recebimento da respectiva Nota de Empenho, dispondo o contratado do prazo previsto no termo de referência.

## **20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

### **20.1. Das obrigações da Contratada:**

20.1.1. Nomear e manter preposto, durante o período de vigência do contrato, para representá-lo na execução do mesmo.

20.1.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual.

20.1.3. Reparar quaisquer danos direta ou indiretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais ou preposto.

20.1.4. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

20.1.5. Cuidar para que o preposto mantenha permanente contato com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando as providências requeridas.

20.1.6. Encaminhar ao Fiscal do Contrato as notas fiscais/faturas do material entregue, emitidas em igualdade com a NE.

20.1.7. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas.

20.1.8. O não cumprimento das condições de habilitação previstas no item anterior, poderá ensejar a rescisão do contrato, além de sanções disciplinares, garantido o contraditório e ampla defesa.

### **20.2. Das Obrigações da Contratante:**

20.2.1. Nomear Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato Titular Substituto, conforme o Art. 172 do Regulamento de Licitações e contratos da IMBEL®, para acompanhar, fiscalizar todas as tratativas

de ordem administrativas e técnicas inerentes ao contrato, bem como todos os acordos firmados em decorrência da prestação dos serviços a execução do contrato.

20.2.2. Receber o objeto entregue pela Contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.

20.2.3. Comunicar à Contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a entrega do material para adoção das providências de saneamento.

20.2.4. Cumprir os prazos e obrigações financeiras estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências por parte da Contratada.

20.2.5. Gerenciar e fiscalizar a execução do contrato, de forma a garantir o fiel cumprimento de suas cláusulas.

20.2.6. Recusar recebimento de qualquer bem que estiver em desacordo com as condições e as especificações estabelecidas no contrato e no Termo de Referência.

20.2.7. Emitir termos circunstanciados de recebimento provisório, de recebimento definitivo ou de recusa dos serviços relacionados ao objeto contratado.

20.2.8. Aplicar à Contratada, se necessário, as sanções administrativas e contratuais cabíveis, garantida a ampla defesa e contraditório.

20.2.9. Manter o histórico de gerenciamento do contrato nos autos do processo de fiscalização, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem cronológica.

20.2.10. Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

20.2.11. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela Contratada.

20.2.12. Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em livro de registro das ocorrências as falhas detectadas.

20.2.13. Fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

## **21. DO PAGAMENTO**

21.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta dias) dias corridos, contados da data da atestação, após a entrega da Nota Fiscal / Fatura, observada a aceitabilidade do objeto licitado, devidamente atestada pelo setor competente.

21.2. A liberação do pagamento ficará condicionada à consulta prévia ao SICAF (via ON LINE); no portal do TST, quanto à Certidão Negativa de Dívidas Trabalhistas; no portal do CNJ, quanto à condenação por Improbidade Administrativa; ao CADIN; ao Portal da Transparência; e ao Portal do TCU, para a verificação de empresa inidônea, devendo a contratada estar com toda a sua documentação obrigatória válida.

21.3. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal / Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo a IMBEL® por quaisquer encargos resultantes de atrasos nos pagamentos correspondentes.

21.4. A Nota Fiscal deverá conter as mesmas especificações da Nota de Empenho emitido pelo contratante.

21.5. A empresa vencedora ao emitir a Nota Fiscal, conforme a Nota de Empenho deverá discriminar no corpo do documento fiscal o valor dos impostos e contribuições a serem retidas na operação fins atender a determinação da Instrução Normativa IN SRF nº 480, de 15 de dezembro de 2004, alterada

pela Instrução Normativa IN SRF nº 539, de 25 de abril de 2005, que trata da retenção de Impostos e Contribuições Federais.

21.6. Diante da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela IMBEL®, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data do vencimento da fatura até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

21.7. Quando for o caso, serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

## **22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.024, em seu art. 49, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2. Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

22.1.3. Apresentar documentação falsa;

22.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.6. Não mantiver a proposta;

22.1.7. Cometer fraude fiscal;

22.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

22.1.9. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

22.1.10. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação. Quanto ao enquadramento como ME/EPP ou conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.1.11. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.1.12. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

22.1.13. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de recusa injustificada para assinatura do contrato e recebimento da Nota de Empenho.



22.1.14. Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) em caso de atraso injustificado para assinatura do contrato ou por atraso na entrega do objeto, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor total da avença no caso da recusa na assinatura do contrato; e

22.1.15. Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) em caso de situação irregular de habilitação por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor total da Nota de Empenho.

22.1.16. Multa de 15% (quinze por cento), pela inexecução total ou parcial do fornecimento contratado incidente sobre o valor do material não entregue, por período superior a 30(trinta) dias.

22.1.17. A multa aplicada, não impede que a IMBEL® rescinda o contrato ou aplique outras sanções previstas em lei.

22.1.18. A multa aplicada deverá ser recolhida ao Tesouro Nacional por meio de GRU (guia de recolhimento da união), no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do dia útil imediato ao recebimento da notificação enviada pela IMBEL® e o recibo entregue na Divisão Administrativa Financeira da IMBEL®.

22.1.19. Em caso de não pagamento da multa pelo licitante, a mesma será cobrada judicialmente pela IMBEL®.

22.1.20. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou Unidade Administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

22.1.21. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

22.1.22. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

22.1.23. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.1.24. Se durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessária à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.1.25. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.1.26. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.1.27. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.1.28. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303/2016, Lei 10.024/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22.1.29. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.1.30. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

### **23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

23.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

23.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

23.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

23.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 28 e 29 do Decreto 11.462/2023.

### **24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [evelin.fi@imbel.gov.br](mailto:evelin.fi@imbel.gov.br) / [milene.fi@imbel.gov.br](mailto:milene.fi@imbel.gov.br) / [milene.salcfi@gmail.com](mailto:milene.salcfi@gmail.com) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Cel Aventino Ribeiro, 1099, Bairro Imbel, Itajubá – MG, CEP: 37.501.345, seção de Aquisição de Licitações, Tel.: (35) 3629-9423.

24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

### **25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), e [www.imbel.gov.br](http://www.imbel.gov.br) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida Cel. Aventino Ribeiro, nº 1099, Bairro Imbel, Itajubá/MG, CEP: 37.501-345, nos dias úteis, no horário das, 08:00 horas às 15:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.11.1. Quaisquer informações complementares sobre o presente EDITAL e seus anexos poderão ser obtidas pelo telefone (35) 3629-9423 no horário das 08:00 hs às 11:30 hs e das 13:30 hs às 15:30 hs e/ou pelo e-mail: [evelin.fi@imbel.gov.br](mailto:evelin.fi@imbel.gov.br) .

25.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência.

ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços

ANEXO III – Minuta de ARP (Ata de Registro de Preços)

ANEXO IV – Relação da Empresa Beneficiária do Registro de Preços

....., ..... de ..... de 20.....  
**INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL®**



**INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL®**  
*Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do*  
*Comando do Exército*

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026PR000033**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90033/2026 (SRP)**

**1. OBJETO**

Aquisição de materiais e equipamentos necessários para compor e garantir o funcionamento dos meios relacionados à informática, conforme condições, quantidades e exigências descritas neste Termo de Referência.

**2. JUSTIFICATIVA**

Com a crescente demanda de equipamentos dedicados à Tecnologia da Informação e projeção de novos projetos voltados para esta área, há necessidade de adequação da infraestrutura de informática na IMBEL FI. O objetivo principal consiste em adquirir materiais e equipamentos novos, garantindo a eficiência e funcionamento de acordo com a atual tecnologia existente. A aquisição se faz jus, tendo em vista a necessidade de oferecer todo e perfeito funcionamento dos equipamentos destinados a TI, garantindo a operação e integridade dos mesmos.

**3. QUANTITATIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO**

Item	Descrição	Unid.	Quant.
01	SSD do tipo mini com interface NVMe PCIe 4.0 x4, com velocidades de leitura/gravação de 5.000/3.000MB/s, tecnologia NAND 3D, total de bytes gravados (TBW): 160TB, temperatura de armazenamento de -40°C a 85°C, temperatura de operação de 0°C a 70°C, com tamanho compacto em formato de lado único M.2 2230 (22x30mm), peso 2,6g, vibração quando não está em operação de 20G (10-1000Hz), tempo médio entre falhas (MTBF) 2.000.000 horas, capacidade de armazenamento de 500 GB, Garantia limitada de 5 anos. Certificações pelo menos: ICC, FCC, CE, UKCA, PCI Express, NVM Express, Rohs, VCCI. Modelo de referência: Kingston SNV3SM3/500G. CATMAT: 627122	Unid	200
02	SSD do tipo mini com interface NVMe PCIe 4.0 x4, com velocidades de leitura/gravação de 6.000/4.000MB/s, tecnologia NAND 3D, total de bytes gravados (TBW): 320TB, temperatura de armazenamento de -40°C a 85°C, temperatura de operação de 0°C a 70°C, com tamanho compacto em formato de lado único M.2 2230 (22x30mm), peso 2,8g, vibração quando não está em operação de 20G (10-1000Hz), tempo médio entre falhas (MTBF) 2.000.000 horas, capacidade de armazenamento de 1 TB, Garantia limitada de 5 anos. Certificações pelo menos: ICC, FCC, CE, UKCA, PCI Express, NVM Express, Rohs, VCCI. Modelo de referência: Kingston SNV3SM3/1T0. CATMAT: 627121	Unid	200

03	SSD com interface NVMe PCIe 4.0 x4, com velocidades de leitura/gravação de 5.000/3.000MB/s, tecnologia NAND 3D, total de bytes gravados (TBW): 160TB, temperatura de armazenamento de -40°C a 85°C, temperatura de operação de 0°C a 70°C, com tamanho em formato de lado único M.2 2280 (22x80mm), peso 7g, vibração quando não está em operação de 20G (10-1000Hz), tempo médio entre falhas (MTBF) 2.000.000 horas, capacidade de armazenamento de 500GB, Garantia limitada de 5 anos. Certificações pelo menos: ICC, FCC, CE, UKCA, PCI Express, NVM Express, Rohs, VCCI. Modelo de referência: Kingston SNV3S/500G. CATMAT: 627122	Unid	200
04	SSD com interface NVMe PCIe 4.0 x4, com velocidades de leitura/gravação de 6.000/4.000MB/s, tecnologia NAND 3D, total de bytes gravados (TBW): 320TB, temperatura de armazenamento de -40°C a 85°C, temperatura de operação de 0°C a 70°C, com tamanho em formato de lado único M.2 2280 (22x80mm), peso 7g, vibração quando não está em operação de 20G (10-1000Hz), tempo médio entre falhas (MTBF) 2.000.000 horas, capacidade de armazenamento de 1TB, Garantia limitada de 5 anos. Certificações pelo menos: ICC, FCC, CE, UKCA, PCI Express, NVM Express, Rohs, VCCI. Modelo de referência: Kingston SNV3S/1000G. CATMAT: 627121	Unid	200
05	Impressora para diversos tipos de etiquetas, com resolução de 203dpi - 300dpi, método de impressão por transferência térmica, com Leds indicadores de descrição em português, linguagens de programação: EPL, ZPL, PPLA, PPLB (reconhecimento automático), interface de comunicação pelo menos: USB (cabo incluso), dimensões: 198(L) x 171(A) x 240(P) mm, alimentação por fonte: entrada 110/220Vac, saída 24Vdc 2A, peso: 1,6Kg, velocidade de impressão: Máx. 4 pol./seg., Tipo de Ribbon: cera/misto/resina, compatível com códigos de barras: Code 39, UPC-A, UPC-E, Interleaved 2 of 5, Code 128, EAN13, EAN8, HIBC, Codabar, Interleaved 2 of 5 industrial, Code 93, UCC/EAN, Postnet, PDF417, Maxicode, QRCode. Comprimento do ribbon Máx: 100m, Sensor de etiquetas: Transmissivo - Reflexivo, móvel com proteção anti-poeira, Calibração do sensor de etiquetas: Manual ou Automática, Memória RAM: 128MB, Memória Flash: 8GB, Diâmetro do rolo do ribbon: 12,7mm (Interno) / 34mm (Externo), Largura do ribbon: 25,4 mm (mín.) 110mm (máx.), Largura de impressão: Máx. 108mm, Largura da Etiqueta: 20mm ~ 111mm, Temperatura de trabalho: 5°C ~ 45°C, Umidade relativa de trabalho: 20%~85% (sem condensação), Temperatura de armazenagem: -10°C ~ 50°C, Umidade relativa de armazenagem: 5% ~ 95% (sem condensação), Comprimento Máximo de Impressão: 2286mm (203dpi), 1524mm (300dpi), Comprimento (Altura da Etiqueta): 12,5mm a 37,5mm (Interno) / 127mm (Externo), Tipos de Papel (Etiquetas): GAP (espaçamento), Tarja preta, TAG, Couche, Termo-transfer, BOPP, Nylon, Poliéster, etc. Garantia de 18 meses na impressora e 12 meses na cabeça de impressão, Fabricação Nacional, incluso no pacote software para criação de etiquetas. Modelo de referência: ELGIN – L42 Pro Full – PN:46L42PUSEC01. CATMAT: 458740	Unid	05
06	Fita para uso em impressora matricial Epson FX-2190. Desenvolvido para texto em alta resolução. Cor Preto. Produto original da marca Epson. Não serão aceitos modelos similares, compatíveis de outras marcas. Conteúdo da caixa 1 (uma) unidade. Dimensões da fita: 13mm x 32m. Modelo de referência: Epson – S015335. CATMAT: 280572	Unid	100
07	Fonte ATX de no mínimo 550 Watts reais, semimodular ou modular,	Unid	50

	com ventoinha de 120mm, com Voltagem: 100-240V automática, Corrente de 8A – 4A, Frequência de 60 - 50 Hz, Voltagens de saída: +3,3V com carga máxima de 18A e +5V com carga máxima de 15A com ambas saídas máxima de 103W, +12V com carga máxima de 36A e saída máxima de 432W, -12V com carga máxima de 0,3A e saída máxima de 3,6W, +5VSB com carga máxima de 3A e saída máxima de 15W, com certificação mínima 80 Plus Bronze, PFC ativo, com pelo menos os seguintes conectores: 1x ATX (24-PIN) (20+4), 1x EPS/ATX12V (8-PIN) (4+4), 1x PCI-E (8-PIN) (6+2), 2x SATA (3 SATA), 1x SATA-PATA-PATA-FDD. Garantia mínima de 12 meses. CATMAT: 631097		
08	Apresentador sem fio, com controles intuitivos de apresentação de slides, na cor preto, com um ponteiro laser Classe 2 de comprimento de onda de 640 ~ 660 nm (luz vermelha), com um receptor sem fios plug-and-play armazenável, sem a necessidade de instalação de software, com um alcance sem fio de até 15 metros com frequência de 2,4 GHz, com interface USB, com indicador visual do nível de energia das pilhas, compatibilidade para Windows 10 ou posterior, dimensões (A x L x P): 37,8 mm x 115,5 mm x 27,4 mm, Peso: 57 g, dimensões do receptor (A x L x P): 16,5 mm x 58,6 mm x 7,9 mm, peso do receptor: 6 g, será desclassificado se ultrapassar 2 mm e 2 g para menos, ou para mais, em qualquer uma dessas medidas de tamanho e peso, deverá fornecer estojo para transporte. Tipo de bateria com duas pilhas AAA, garantia de hardware limitada de três anos. Modelo de referência: Logitech R400 CATMAT: 378773	Unid	05
09	Webcam para chamadas em conferências com imagens nítidas e suaves, com resolução Full HD de 1080/30fps (1920x1080pixels), resolução total de 5MP, em formato widescreen e campo de visão diagonal de 66°, lente com correção automática de luz mostrando cores naturais e realistas, ajuste automático à iluminação do ambiente de reunião, com led indicador de energia e atividade, com microfone integrado, com redução de ruído que garante que a voz seja ouvida com clareza, mesmo em um ambiente movimentado, com protetor de privacidade da lente do tipo destacável, com clipe universal ajustável permitindo o encaixe da câmera com segurança à tela ou laptop, monitor LCD/LED ou dobre o clipe e coloque a webcam em uma superfície plana, com rosca para tripé, inclinação de 15°, conexão Plug-and-play USB-A, com alimentação USB de 5V/500mA, comprimento do cabo de 1,5 m não retrátil sem adaptações/extensões, com dimensões de (A x L x P): 53,2 mm x 72 mm x 53,6 mm, peso: 107g, será desclassificado se ultrapassar 2 mm e 2 g para menos, ou para mais, em qualquer uma dessas medidas de tamanho e peso, compatibilidade com Windows® 10 ou superior, macOS 10.10 ou superior, Chrome OS™, opera com plataformas de chamadas populares, garantia de pelo menos 12 meses. Cor predominante preto, deverá possuir lente na posição centralizada, vide face frontal da webcam, quando vista de frente pelo operador. Pelo menos com as certificações: Chromebook, FCC, CE, RoHS, UVC (Microsoft Teams; Zoom; Google Meet; OBS; Xsplit; YouTube ). Modelo de referência: HP 320 FHD Webcam. CATMAT: 480444	Unid	150
10	Webcam para chamadas em conferências com imagens nítidas e suaves, com resolução HD de 720p/30fps (1280x720pixels) 1.2MP, em formato widescreen e campo de visão diagonal de 55°, lente focal de 4.0 mm com correção automática de luz mostrando cores naturais e realistas, com foco fixo, com led indicador de energia e atividade, microfone integrado com redução de ruído que garante que a voz seja ouvida com clareza até 1m	Unid	150



	<p>de distância, mesmo em um ambiente movimentado, com clipe universal ajustável permitindo o encaixe da câmera com segurança à tela ou laptop, monitor LCD ou dobre o clipe e coloque a webcam em uma superfície plana, captura de imagem (4:3 SD) 320x240, 640x480 1.2 MP, 3.0 MP, captura de imagem (16:9 W) 360p, 480p, 720p, captura de vídeo (4:3 SD) 320x240, 640x480, 800x600, captura de vídeo (16:9 W) 360p, 480p, 720p, frame rate (max) 30fps @ 640x480, conexão Plug-and-play USB-A, com alimentação USB de 5V/500mA, comprimento do cabo de 1,5 m não retrátil sem adaptações/extensões, com dimensões de (A x L x P): 72,91 mm x 31,91 mm x 66,64 mm, peso: 75g, será desclassificado se ultrapassar 2 mm e 2 g para menos, ou para mais, em qualquer uma dessas medidas de tamanho e peso, cor predominante cinza escuro, deverá possuir lente na posição esquerda, vide face frontal da webcam, quando vista de frente pelo operador, compatibilidade com Windows® 10 ou superior, macOS 10.10 ou superior, Chrome OS™, opera com plataformas de chamadas populares, garantia de pelo menos 24 meses. Cor predominante: Preto. Pelo menos com as certificações: ICC, VCCI, EAC, FCC e CE. Sustentabilidade: as peças plásticas do produto incluem plástico reciclado pós-consumo certificado e derivados de plástico de eletrônicos antigos, contribuindo para reduzir emissões de carbono. Modelo de referência: Logitech C270 HD CATMAT: 480444</p>		
11	<p>Sistema de videoconferência composto por 01 Câmera panorâmica motorizada com imagens nítidas e suaves de no mínimo (Full HD 1080p/30fps), com campo de visão diagonal de 90°, panorâmica de 260° e inclinação de 130°, foco automático em pessoas e objetos, zoom HD em até 10x sem perdas (5x óptico e 5x digital), autofoco, H.264 UVC 1.5 com Scalable Video Coding (SVC), 5 predefinições de câmera, slot de segurança kensington, lentes certificadas Zeiss. LED para confirmar streaming de vídeo. Cabo de conexão ao hub de no mínimo 5 metros. Câmera com medidas aproximadas 130 x 170 x 138 mm, exceto cabo. Será desclassificado se ultrapassar 2 cm para mais ou para menos, em qualquer uma dessas medidas de tamanho. Base viva-voz com Tecnologia sem fio Bluetooth e NFC, monitor e LED's para indicar status, streaming do viva-voz, mudo, modo espera e pareamento sem fio Bluetooth e outras informações de chamada, controles para iniciar e finalizar chamadas, com volume e mudo, com auto-falantes de alta definição, realista, nítido e altamente inteligível, Performance Full duplex, cancelamento de eco, Tecnologia de redução de ruído, Áudio de banda ultra larga, Frequência de resposta de: 120Hz – 14KHz, Sensitividade: 83dB SPL +/-3dB at 1W/1M Max output: 91dB SPL, Distorção: &lt;5% de 200Hz, com microfones omnidirecionais suportando um diâmetro de alcance de até 6 metros, Frequência de resposta: 100Hz – 11KHz, Sensitividade: -28dB +/-3dB</p> <p>Distorção: &lt;1% @ 1KHz at 106dB Slot de segurança Kensington, com medidas aproximadas 240 x 65 x 240 mm, exceto cabo. Será desclassificado se ultrapassar 2 cm para mais ou para menos, em qualquer uma dessas medidas de tamanho, com cabo de conexão ao hub de no mínimo 5 metros. Hub central montável para a ligação de todos os componentes, com 2 cabos para a conexão entre o hub e câmera/viva-voz (comprimento: 5m cada), 1 cabo USB para conexão com PC/Mac (comprimento: 3m), Adaptador de alimentação AC (comprimento cabo: 3m), Controle remoto por infra-vermelho para as funções panorâmica, inclinação e zoom, com medidas aproximadas 94 x 34 x 74 mm, exceto cabo, será desclassificado se ultrapassar 2 cm para mais ou para menos,</p>	Unid	03

	em qualquer uma dessas medidas de tamanho. certificado e compatível para Microsoft Lync 2013, Skype for Business, Cisco Jabber, WebEx, Zoom. Configuração plug-and-play, basta conectar a câmera e o viva-voz ao hub. Controle remoto acoplável de alcance de até 8.5 m de 50 x 120 x 12 mm. Deverão ser fornecidos, pelo menos, dois microfones de expansão que estendem o alcance até 8,5 metros e 1 cabo de 10 ou 15 metros para aumentar o alcance do viva-voz ou da câmera. Garantia mínima de 24 meses. Modelo de referência: Logitech Group HD. CATMAT: 610079		
12	Fone de ouvido do tipo headset supra auricular, predominante na cor preta, no formato em arco de cabeça com tiara almofadada, com ajuste de altura em ambos os lados, com auriculares ergonômicos (direita e esquerda) acolchoados e macios ajustáveis com giro máximo de até 180° no próprio eixo, com drivers de áudio de neodímio do tipo dinâmico na frequência mínima e máxima de 20 – 20.000 Hz, com impedância de 32 $\Omega$ +/-15% e potência 20mW, sensibilidade de 113dB+/-3dB SPL, SNR (Relação Sinal - Ruído) de alto-falante: > 70dB, 1kHz, 1Pa, áudio estéreo de baixa distorção sonora e equalização automática, com sistema passivo de isolamento acústico, tamanho do alto-falante de 30mm, microfone do tipo unidirecional com cancelamento de ruído, com impedância de 2,2 k $\Omega$ e sensibilidade de -42dB +/- 3dB, SNR (Relação Sinal - Ruído) de microfone: > 60dB, 1kHz, 1Pa, haste do microfone flexível com giro na vertical paralelo à cabeça; tamanho do microfone de 6x5mm, conectividade do headset através de cabo USB 2.0, de no mínimo de 2m de comprimento, sem adaptações ou extensões, com controles digitais em botões pelo menos (Volume +/- e Mute), protetores auriculares removíveis e disponíveis nas versões em espuma ou corino, Produto compatível com Windows 10 ou posterior, MacOS, Linux. Garantia mínima de 12 meses. Modelo de referência: C3TECH PH-360BK. CATMAT: 373823	Unid	300
13	HD externo de 4 TB do tipo portátil com cabo Super Speed USB-A (5 Gbps) para interface USB 3.0, Temperatura de Operação: 05°C à 35°C, cor preto, dimensões 100.5mm / 7.0mm / 69.85mm. Garantia mínima de 24 meses. Modelo de referência: WDBU6Y0040BBK-WESN - CATMAT 392823	Unid	10
14	Mesa digitalizadora para edição de imagens, na cor preta, com área ativa de 311 mm x 216 mm, com tamanho de 430 mm x 287 mm x 8 mm, com cabo USB de pelo menos 2 metros de comprimento, Bluetooth, Porta USB 2.0, com teclas impulsionadores de produtividades, com ergonomia para destros ou canhotos, acompanha caneta sensível a pressão, com dois botões laterais, sem fio e sem pilhas, com função multitoque, botão de toque ligado/desligado na mesa digitalizadora, resolução da caneta de 5080 lpi, níveis de pressão da caneta de 8192 níveis, reconhecimento a inclinação de +/-60 níveis, compatível com Windows 10 ou superior, com fornecimento de 10 pontas de reposição sendo 6 pontas padrão e 4 de feltro no porta caneta, com resolução de vídeo: 1920x1080 pixels, deverá acompanhar Manuais/guias/CDs de instalação. Garantia mínima de 24 meses. Modelo de referência: Wacom PTH860 - CATMAT 474910.	Unid	03
15	Pen drive do tipo armazenador portátil de informações, com tampa de proteção e argola para chaveiro, com capacidade de armazenamento de 64 GB, corpo em plástico, dimensões 67,3 x 21,04 x 10,14mm, peso 11g, temperatura de operação entre 32° – 95°F (0° – 35°C), temperatura de operação entre 0° a 60°C, temperatura de armazenamento -20°C a 85°C	Unid	20

	habilitado para USB 3.2 Gen 1, gravação 10MB/s e leitura de até 70MB/s. Certificações mínimas: FCC, EAC, VCCI, CE, ROHS. Garantia mínima de 60 meses. Modelo de referência: DTX/64GB. CATMAT 247745.		
16	Pasta térmica formulada a partir da conveniente aditivação de silicone modificado com materiais especiais, de alta condução térmica, conferindo ao produto um desempenho superior em dissipação de calor, Quimicamente inerte, não corrosiva e atóxica, além de possuir excelente estabilidade térmica, podendo operar, sem perder suas principais propriedades, em temperaturas de até 250°C e, por curtos períodos, temperaturas de até 300°C. Utilizadas em processadores de alto desempenho, Preenche todas as micro lacunas entre as superfícies, eliminando o ar retido e oferecendo resistência térmica muito baixa. Condutividade de 1,6 W/m.K, Consistência Grau NLGI 2, Densidade 2,4 ± 0,1g/mL, Penetração (mm/10) 265~295mm/10, pasta na cor cinza, disponível em seringa de 5g. Modelo de referência: Implastec – Thermal Silver. CATMAT 320490.	Unid	15
17	Fita organizadora de cabos, em velcro 20 mm x 3 metros, dupla face, na cor preta, para aplicação na organização de cabos de computadores e periféricos. Fornecido em embalagem individual, lacrada e original do produto. CATMAT 465493.	Unid	300
18	Monitor para computador com tamanho do painel 23,8" Widescreen IPS, Tamanho da imagem visível (diagonal) 60,47 cm, Pixel pitch 0,274 mm, Densidade Pixel 93PPI, Proporção de tela 16:09, Brilho 300 cd/m2, Relação de contraste dinâmico 20.000.000:1, Relação de contraste estático 1.000:1, Tipo de painel Antirreflexivo, Tempo de resposta 4ms, Ângulo de visão horizontal 178°, Ângulo de visão vertical 178°, Frequência nativa do painel 100Hz, Frequência de varredura horizontal 30 ~ 83 kHz, Compatibilidade Windows, MAC, Linux, Resolução máxima 1920 x 1080 @ 100Hz (FULL HD), Resolução recomendada 1920 x 1080 @ 100Hz (FULL HD), Suporte de cores Maior que 16,7 Milhões, Gama de cores sRGB 106%, Conectores 1x VGA, 1x HDMI 1.4 (HDCP 1.4), 1x DisplayPort 1.2 (HDCP 1.4), 1x Saída de Áudio, 4x USB 3.2 (sendo 1x Fast Charging), 1x USB-B (Upstream), Consumo ligado 54W máximo e 18W típico, Stand By 0,5W, sem Alto-Falantes, Tecnologia Anti Luz Azul Low Blue Mode, Tecnologia Anti-Cintilação Flicker Free, Fonte Interna - 100~240V - 50/60 Hz, Plug & Play DDC 2B/CI, Controles manuais Power On/Off, Menu/Enter, Image, Ratio/Volume, Fonte/Auto/Exit, Clear vision, com função OSD (On Screen Display) em Português e outros idiomas, Dimensões Monitor com base (L x A x P) - 540 x (503,6 ~ 386) x 200,1mm, Dimensões Monitor sem base (L x A x P) - mm 540 x 326,3 x 50,7, VESA de (100 x 100mm), com base ajustável de Altura 150mm, Giro 180°, Inclinação - 5°/35° ± 1,5°, Pivot -90°~90° (bidirecional), Cor predominante do produto preto, Cor predominante da base preto, Normas/certificações CB, IEC 62368-1, IEC 60950-1, Windows, TUV, TCO, Energy Star, EPEAT, INMETRO, RoHS, Anti-Roubo Kensington, HDCP 1.4 para HDMI e DisplayPort. Deverão estar inclusos na embalagem: Cabo de força brasileiro NBR 14136, cabo HDMI, cabo DP, cabo USB, certificado de garantia, base e monitor. Garantia mínima de 36 meses. Modelo de referência: Monitor AOC 23,8" 24E3UF – CATMAT 460039	Unid	100
19	Lacre de segurança em etiqueta holográfica 2D/3D, com aplicação autoadesiva de fácil destaque e adesão permanente à superfície aplicada, produto do tipo destrutível que impossibilita a remoção sem deixar	Unid	5

	vestígios, específico para uso em computadores e equipamentos de TI, obrigatoriamente na cor prateada, com altura máxima de 20mm e largura máxima de 40mm. Deverá constar impressas nas etiquetas, na cor preto, as sequências numéricas de 1 à 1000 e as seguintes informações (sem as aspas): “SELO DE SEGURANÇA” “NÃO REMOVER”. O produto deverá ser fornecido em cartelas, em embalagem segura e não dobrável. Embalagem com 1000 unidades. CATMAT 327958.		
20	Bateria de lítio modelo CR-2032, com voltagem de 3V. Dentro dos padrões estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008. Deve ser certificada pelo INMETRO ou instituto por ele credenciado. Acondicionada em embalagem original do fabricante devidamente lacrada. Embalagem com 5 unidades. CATMAT 238772.	Unid	100
21	Carregador de pilhas e baterias, do tipo portátil, com formato adaptável para recarregar 4 pilhas AA, AAA ou 2 baterias de 9 volts, cargas independentes, com leds indicadores de recarga/carga completa, dispositivo desliga automaticamente após 100% de carga. Entrada do tipo bivolt (110/220v). CATMAT 372730.	Unid	20
22	Projektor multimídia Full HD, resolução de 1920x1080 (Full HD), Nº Pixels 2,073,600 pontos (1920x1080)x3, Brilho em cores com saída de luz de 4000 lumens; Brilho em branco com saída de luz de 4000 lumens, Razão de aspecto suportado 16:09, modo de projeção frontal, traseiro e instalado em teto; método de projeção matriz ativa TFT de polissilício; ruído do ventilador 28 dB/37dB; Correção de Keystone vertical: ±30 graus e horizontal: ±30 graus, Razão de contraste de 16,000:1, Reprodução de cor de até 1 bilhão de cores, Orifício para trava Kensington®, Tamanho da imagem 30” a 300” (0,87m a 14,41m), distância de projeção para imagem padrão 60” 1,76m– 2,86m, Lente de projeção do Tipo Zoom óptico (manual)/Foco (manual), Distância Focal de 18,2 – 29,2mm, Razão de Zoom óptico 1.0 – 1.6x, relação alcance de 1.32–2.14, Tampa da lente (sem cordão). Interfaces: HDMI x2, USB tipo A x1, USB tipo B x1, entrada RCA (amarelo) vídeo x1, entrada áudio RCA (branco) x1, entrada áudio RCA (vermelho) x1, entrada computador D-sub 15 pinos x1, módulo wireless integrado com certificação WI-FI, com tecnologia Miracast para espelhamento em smartphones, tablets; altofalante 16W, Voltagem: 100-240V ±10%, 50/60Hz CA 3,5 a 1,6 A, lâmpada de 230W UHE com duração de até 5.500 horas (modo normal) e 12.000 horas (modo Eco), consumo de energia 100V-120V: 345W (normal) – 235W(Eco) e 220V-240V: 327W (normal) e 225W(Eco), características dos botões do painel de controle do projetor: source search, enter, ajuste trapézio vertical, Esc, ajuste volume alto falante, menu, home, power e luzes indicadores de estado (status, wi-fi, lâmpada, temperatura); características dos botões do controle remoto: Power, Source Search, HDMI, Computer, USB, LAN, numérico, auto, ID, menu, Esc, Enter, direcionamento (4 direções), User, Default, Color Mode, Aspect, E-Zoom +/-, Volume up/down, Split, Freeze, Home, A/V Mute, distância de operação de 6m (19,7ft), Ângulo de operação de funcionamento frontal e traseiro: direito/esquerdo +/-30 graus; Ângulo de operação de funcionamento frontal e traseiro Superior/Inferior: +/-15 graus; Dimensões do projetor excluindo os pés: 309x90x282mm (LxPxA). Garantia mínima de 12 meses. Modelo de referência: EPSON PowerLite FH52+ – CATMAT 603954	Unid.	03
23	Cordão óptico duplex do tipo SC/SC multimodo de no mínimo 2,5 metros de comprimento, na cor laranja, amarela ou azul, com capa externa de 2 à 3 mm retardante à chama, com tamanho do núcleo da fibra	Unid.	50

	de 62,5um/125um, com conector do lado A do tipo SC com polimento PC e conector do lado B do tipo SC com polimento PC, conectorização push-pull, temperatura de armazenagem de -40°C à 70°C, temperatura de operação (°C) -20 a +65 e -20 a +65, com certificações Rohs, FCC, CE, homologado pela ANATEL. Garantia mínima de 12 meses. CATMAT 448001		
24	Rack de parede padrão 19", tamanho 8U x 470 mm Rack, na Cor preta ou bege, para instalação em parede para acomodação dos equipamentos de comunicação de dados e colocação dos patch-panels e patch-cords necessários para a infra-estrutura de cabeamento estruturado, com as seguintes características: Rack de 8U x 19" x 470mm (A x L x P) para montagem em parede, porta com visor em acrílico ou vidro com fechadura, possibilidade de abertura da porta para a direita ou esquerda, acompanha 1 calha de tomada fixação 19" com 8 tomadas no padrão NBR 14136 (padrão novo), laterais removíveis em chapa de aço com trava permitindo montagem lado a lado, com aletas de ventilação; acompanha 1 bandeja fixa de 400 mm de profundidade; Garantia de no mínimo 12 meses - CATMAT 366243.	Unid.	20
25	Bolsa para ferramentas, confeccionada em lona reforçada, impermeável, fundo plástico reforçado, armação em metal, com alças em nylon, com abertura total, com 33 divisões/bolsos, sendo 26 na parte interna e 7 na parte externa. Capacidade máxima de carga (kg) de 12kg, massa aproximada (peso) 1,85Kg. medidas: comprimento 410mm, largura 210mm, altura 280mm. Cores predominantes: Preto e Amarelo. Garantia mínima de 12 meses. Modelo de referência: Vonder BL 128. CATMAT 366243	Unid.	5

#### 4. FUNDAMENTO LEGAL:

**Decreto n.º 10.024, de 20/09/2019, publicado no D.O.U. de 23 de setembro de 2019**, que regulamenta a modalidade do Pregão Eletrônico, **Decreto 11.462/2023 de 31 de março de 2023**, Lei Complementar nº123 de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, Decreto nº. 3.555, de 08 de agosto de 2000, publicado no D.O.U. de 09 de agosto de 2000 e suas alterações, aplicando-se conjuntamente as normas da Lei nº 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL (Resolução nº 19/2023-CA-IMBEL, DE 18/09/2023) e suas alterações, e subsidiariamente a Lei 14.133/2021, de 01 de abril de 2021, e demais diplomas legais vigentes.

#### 5. PRAZO DE ENTREGA:

O objeto desta licitação deverá ser entregue na Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL/FI – Av. Cel. Aventino Ribeiro, 1.099, Bairro Imbel, Itajubá-MG, CEP: 37501-345, após o recebimento da respectiva Nota de Empenho, dispondo o contratado do prazo de até 30 (trinta) dias.

### ANÁLISE DE RISCOS



## INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a Análise de Riscos descreverá e avaliar as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir de que formas devem ser tratadas, **ela permeará todo processo de Contratação.**

A análise de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos relacionados à contratação.

Os riscos analisados foram organizados em duas categorias:

Riscos que possam comprometer o sucesso dos processos de aquisição, contratação e de gestão contratual;

Riscos que possam fazer com que a solução de TI não alcance os resultados que atendam às necessidades da Imbel FI.

Para cada risco identificado, define-se a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais em caso de acontecimentos, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação.

Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa dos riscos, sendo esta realizada por meio da classificação escalar dos níveis de probabilidade e de impacto, a análise qualitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto, resultando assim no nível do risco e direcionando as ações relacionadas aos riscos durante a fase de contratação e gestão do contrato, bem como da solução de TI. A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento responsável pela definição dos critérios qualitativos de classificação do nível de risco.

MATRIZ DE RISCOS						
Níveis de Risco Extremo Alto Médio Baixo		IMPACTO				
		1 Muito Baixo	2 Baixo	3 Médio	4 Alto	5 Muito Alto
Probabilidade	5 Muito Alta	5	10	15	20	25 Extremo
	4 Alta	4	8	12	16	20
	3 Média	3	6	9 Alto	12	15
	2 Baixa	2	4	6 Médio	8	10
	1 Muito Baixa	1 Baixo	2	3	4	5

Id	Risco	Relacionado ao (à):	P	I	Nível de Risco (P x I)
----	-------	---------------------	---	---	------------------------



R01	Falência da contratada antes da conclusão do projeto.	Gestão Contratual	2	3	6
R02	Processo Licitatório não ser realizado	Planejamento da Contratação	2	4	8
R03	Contingenciamento de recursos da APF.	Planejamento da Contratação	3	4	12
R04	Impugnação do Processo Licitatório por parte de empresas candidatas	Processo Licitatório	3	5	15
R05	Empresas não terem interesse na participação da licitação	Processo Licitatório	2	4	8
R06	Itens não serem cotados (Certame “Vazio”)	Processo Licitatório	2	2	4
R07	Falha na comunicação da Equipe de planejamento da contratação e publicação do pregão com informações inconsistentes	Planejamento da Contratação	3	3	9
R08	Necessidade de ajustes no quantitativo de licenças durante a vigência do contrato	Gestão Contratual	1	2	2
R09	Impugnação em virtude de apontamento de marca	Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	2	6	12
<b>RISCOS DA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>					
R01	Baixa qualificação técnica do elemento de TIC no suporte às soluções adquiridas.	Gestão Contratual e Solução Tecnológica	4	4	16
R02	Conduta insatisfatória de profissional da empresa contratada.	Gestão Contratual e Solução Tecnológica	2	3	6
R03	Fornecimento de equipamentos ou prestação de serviços em desconformidade com o previsto no Termo de Referência	Gestão Contratual e Solução Tecnológica	2	5	10

## 2 – AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

<b>Risco 01:</b>		<b>Falência da contratada antes da conclusão do projeto</b>
<b>Probabilidade:</b>		Médio
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>
1.	Alto – a substituição e atualização dos equipamentos não será concluída	Alto – o equipamento sem garantia implica possível indisponibilidade dos serviços de produção e projetos.
2.	Alto – elevação dos encargos administrativos para a elaboração de um novo processo de contratação	Alto – a realização de um novo processo de contratação para a aquisição de equipamentos.
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>

1.	Realizar o pagamento somente mediante entrega e homologação da Ordem de Serviço	Fiscal de Contrato e SEFIN
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Realizar um novo processo de aquisição de equipamentos para a IMBEL FI, em caráter emergencial	SETI FI e SALC
2.	Acionar a Assessoria Jurídica da IMBEL FI para auxiliar no processo de adoção das medidas judiciais cabíveis	Fiscal de Contrato e GEAF

<b>Risco 02:</b>		<b>Processo Licitatório não ser realizado</b>
<b>Probabilidade:</b>		Alto
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>
1.	Alto – As soluções requisitadas não serão adquiridas. A IMBEL FI por ser uma empresa Estratégica de Defesa, poderá vir a ter projetos incompletos, causando grande impacto na produção da empresa.	Alto – Os projetos poderão sofrer atrasos, sendo necessário a aquisição dos equipamentos.
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Conscientizar a Alta Administração acerca da necessidade das contratações.	SETI FI e GEAF
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Prever as aquisições no planejamento da AGTIC para o ano de 2024 (PDTIC 2023-2024).	SETI FI e AGTIC
2.	Realizar um novo processo de aquisição ou aderir ata de registro de preço de outros órgãos públicos cujas especificações técnicas sejam similares aos equipamentos necessários para a IMBEL FI.	SETI FI e SALC

<b>Risco 03:</b>		<b>Contingenciamento de recursos da APF</b>
<b>Probabilidade:</b>		Alto
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>
1.	Médio – Impossibilidade de Empenhar recursos	Alto - Impossibilidade de aquisição ou necessidade de diminuição do nível de aquisições.
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Identificar possibilidades de mudança de finalidade de recursos alocados à AGTIC.	AGTIC e GEAF
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Realocação de recursos.	AGTIC e GEAF

<b>Risco 04:</b>	<b>Impugnação do Processo Licitatório por parte de empresas candidatas</b>
------------------	--

<b>Probabilidade:</b>		Extremo
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>
1.	Alto – a implantação da solução proposta para a IMBEL FI não será concluída.	Alto – os equipamentos sem garantias e suporte não atendem a finalidade.
2.	Alto – elevação dos encargos administrativos para a elaboração de um novo processo de aquisição.	Alto – realização de um novo processo de aquisição.
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Fazer uma boa especificação técnica para reduzir a probabilidade de contestação das empresas em relação a assuntos de caráter técnico. Elaborar o Termo de Referência observando rigorosamente o imposto pelas leis e normas específicas ao certame licitatório.	Equipe de Planejamento da Contratação
2.	Antes do lançamento do Edital na praça, submetê-lo a apreciação da AGI a fim de levantar possíveis irregularidades.	SALC e GEAF
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Realizar novo processo de aquisição ou aderir ata de registro de preço de outros órgãos públicos cujas especificações técnicas sejam similares à solução a ser adquirida pela Empresa	SETI FI e SALC

<b>Risco 05:</b>		Empresas não terem interesse na participação da licitação
<b>Probabilidade:</b>		Alto
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>
1.	Alto – a aquisição de equipamentos para a IMBEL FI não será concluída	Alto – os projetos serão reduzidos.
2.	Alto – elevação dos encargos administrativos para a elaboração de um novo processo de aquisição.	Alto – realização de um novo processo de aquisição de equipamentos.
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Entrar em contato com o maior número possível de empresas que fornecem os equipamentos.	Equipe de Planejamento da Contratação.
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Realizar um novo processo de aquisição de equipamentos.	SETI FI e SALC
2.	Aderir ata de registro de preço de outros órgãos públicos cuja a especificação técnica seja similar aos equipamentos a serem adquiridos pela IMBEL FI.	SETI FI e SALC

<b>Risco 06:</b>		Itens não serem cotados (Certame “Vazio”)
<b>Probabilidade:</b>		Médio

<b>Id</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>
1.	Alto – Item não cotado deixar de ser adquirido	Alto – Não atendimento à solicitação do usuário diretamente interessado.
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Realizar pesquisa de mercado antes de especificar o produto pretendido a fim de não especificar material de difícil aquisição e/ou de produção não compensatória aos fornecedores.	Equipe de Planejamento da Contratação
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Buscar no mercado Atas de Registro de Preços que estejam vigentes cujo produto ou item esteja de acordo com o solicitado pelo requisitante interessado pela aquisição	Equipe de Planejamento da Contratação

<b>Risco 07:</b>	<b>Falha na comunicação da Equipe de Planejamento da Contratação e publicação do pregão com informações inconsistentes</b>	
<b>Probabilidade:</b>	Alto	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>
1.	Alto – problemas administrativos que impedem a publicação do pregão	Alto – Aquisição paralisada.
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Revisar todo o projeto de aquisição, marcar reuniões para alinhar as demandas e necessidades da IMBEL FI.	Equipe de Planejamento da Contratação
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Realizar um novo processo de aquisição ou aderir ata de registro de preço de outros órgãos públicos cujas especificações técnicas sejam similares aos equipamentos necessários para a IMBEL FI.	SETI FI e Equipe de Planejamento da Contratação

<b>Risco 08:</b>	<b>Necessidade de ajustes no quantitativo de equipamentos durante a vigência do contrato</b>	
<b>Probabilidade:</b>	Baixa	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>
1.	Capacidade de atendimento às demandas impactando, afetando qualidade do serviço prestado	Médio – indisponibilidade de licenciamento
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Avaliação criteriosa no quantitativo da demanda apresentada, com base na previsão de acréscimo ou decréscimo de pessoal, infraestrutura ou aplicações de TIC.	Fiscal / Integrante Técnico
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Priorizar utilização de equipamentos adquiridos, de	Integrante Técnico

	modo a minimizar o impacto, até que se realize nova aquisição	
2.	Iniciar estudos para nova aquisição	Fiscais, Integrante Requisitante e Técnico

<b>Risco 09:</b>		<b>Impugnação em virtude de apontamento de marca</b>
<b>Probabilidade:</b>		Baixa
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>
1.	Não cumprimento dos prazos estabelecidos inicialmente no projeto, podendo afetar o pleno funcionamento dos serviços aqui elencados	Alto – indisponibilidade dos equipamentos
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Justificar apontamento de marca com base em condições financeiras (investimento prévio na solução atual, além do impacto funcional à prestação dos serviços da empresa em eventual troca de solução).	Equipe de Planejamento da Contratação
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Alocar integralmente os servidores responsáveis e que confeccionaram o TR, para dar respostas e, conseqüentemente, mitigar as causas que originaram a suspensão do processo licitatório.	Fiscais / Integrante Requisitante e Técnicos

<b>2 – RISCOS DA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>		
<b>Risco 01:</b>		<b>Baixa qualificação técnica do elemento de TIC no suporte às soluções adquiridas.</b>
<b>Probabilidade:</b>		Extremo
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>
1.	Alto - Ineficiência do suporte técnico.	Alto – Equipamento mal configurado.
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1.	Previsão de capacitação técnica dos elementos de TIC às soluções a serem adquiridas.	SETI FI e Equipe de Planejamento da Contratação
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1.	Contratação temporária de mão de obra externa.	SETI FI e SALC

<b>Risco 02:</b>		<b>Conduta insatisfatória de profissional da empresa contratada.</b>
<b>Probabilidade:</b>		Médio

<b>Id</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>
<b>1.</b>	Alto – problemas técnicos que impedem a conclusão da implantação do projeto	Alto – projeto não implantado
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
<b>1.</b>	Prever nas especificações técnicas do Termo de Referência que, após a emissão da Ordem de Serviço pela contratante, a contratada apresente o currículo do profissional, com a finalidade de comprovar que o mesmo possui capacitação técnica para a execução do serviço	Equipe de Planejamento da Contratação
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
<b>1.</b>	Realizar um novo processo de aquisição ou aderir ata de registro de preço de outros órgãos públicos cujas especificações técnicas sejam similares aos equipamentos necessários para a IMBEL FI.	Equipe de Planejamento da Contratação
<b>2.</b>	Acionar a empresa fornecedora de acordo com as cláusulas previstas em contrato no caso de conduta insatisfatória de profissional	Fiscal de Contrato
<b>3.</b>	Acionar a Assessoria Jurídica da IMBEL FI para auxiliar no processo de adoção das medidas judiciais cabíveis	Fiscal de Contrato

<b>Risco 03:</b>		<b>Fornecimento de equipamentos em desconformidade com o previsto no Termo de Referência</b>	
<b>Probabilidade:</b>		Alto	
<b>Id</b>	<b>Dano</b>	<b>Impacto</b>	
<b>1.</b>	Alto – problemas técnicos que impedem a conclusão da implantação do projeto	Alto – projeto não implantado.	
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>	
<b>1.</b>	Solicitação de fornecimento de produtos e prestação de serviços mediante Ordem de Serviço	Fiscal de Contrato	
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>	
<b>1.</b>	Realizar um novo processo de aquisição ou aderir ata de registro de preço de outros órgãos públicos cujas especificações técnicas sejam similares aos equipamentos necessários para a IMBEL FI.	Equipe de Planejamento da Contratação	
<b>2.</b>	Acionar a empresa fornecedora de acordo com as cláusulas previstas em contrato no caso de serviços prestados ou produtos fornecidos em desconformidade com as especificações técnicas	Fiscal de Contrato	
<b>3.</b>	Acionar a ARI para auxiliar no processo de adoção das medidas judiciais cabíveis	Fiscal de Contrato	



## ANEXO II

*Este anexo é um modelo e deve ser feito em papel timbrado do licitante*

### PROPOSTA DE PREÇOS

**Referência: Pregão Eletrônico nº 90033/2026 (SRP)**

**Sr. Pregoeiro,**

A Empresa \_\_\_\_\_ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc) , inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_ e Inscrição Estadual sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, abaixo assinada, propõe a Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL® - FI), a entrega do(s) material(is) abaixo indicado(s), conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

a) Preços:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
VALOR TOTAL					R\$

**Valor total da proposta R\$ XXX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) em algarismos e por extenso.**

a) Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que o compõem, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, carga e descarga e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais desta Licitação;

b) A marca do produto: \_\_\_\_\_ (obrigatória na Proposta de Preços);

c) O prazo de entrega é conforme disposto no **Item 5. do Termo de Referência do Edital**, a contar do recebimento da nota de empenho, ou requisição. A entrega dos material será feita na IMBEL - FI, situado na Av. Cel. Aventino Ribeiro, 1099 - B. Imbel, Itajubá-MG, sem nenhum ônus para essa Unidade Fabril;

d) Prazo de validade da proposta: **60 (sessenta) dias.**

e) Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos receber a nota de empenho no prazo determinado no Edital, indicado para esse fim o Sr. \_\_\_\_\_, Carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (função na empresa), como responsável legal desta empresa;

f) Dados bancários: (informar banco, agência e conta-corrente);

g) Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome e Cargo do Representante Legal da Empresa  
Doc. Identidade nº \_\_\_\_\_



**INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL®**  
*Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do*  
*Comando do Exército*

**ANEXO III**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2026PR000033**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90033/2026(SRP)**

**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Aos ..... dias do mês de ..... de 2026 na Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL - FI – Fábrica Itajubá, sob o CNPJ nº 00.444.232/0007-24, Sediado na Avenida Coronel Aventino Ribeiro, 1099 – B. Imbel, em Itajubá-MG, através de seu Pregoeiro, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, e dos Decretos nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, nº 11.462, de 31 de março de 2023, e, das demais normas legais aplicáveis, em face a classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 000xx/202x, publicado no Diário Oficial da União e homologado pelo Ordenador, RESOLVE registrar os preços para o fornecimento conforme **Anexo I**, da presente Ata, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas em 1º lugar, nos respectivos itens do certame acima numerado. A sequência da classificação das empresas também consta no processo acima.

**Fica designado....., matrícula nº..... como fiscal da presente ATA para verificação do seu fiel cumprimento.**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1** - O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para futura Aquisição de \_\_\_\_\_, para atender a demanda da IMBEL/FI, conforme especificações contidas no Anexo I (Termo de Referência) do Edital.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA DOS PREÇOS**

**2.1** - A presente Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, **a vigência da presente ATA é de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.**

**2.2** - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Indústria de Material Bélico – IMBEL/FI - Fábrica Itajubá não será obrigada a adquirir o material referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. A IMBEL - FI poderá ainda, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1** - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado deste certame, mediante prévia consulta e anuência da IMBEL - FI (Órgão Gerenciador), desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas, no

que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 13.303/16, no Decreto nº 11.462/2023 relativas à utilização do Sistema de Registro de Preços.

**3.2** - O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é igual ao valor especificado na última proposta negociada com a licitante vencedora, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº **000xx/202x**.

**3.3** - Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço unitário, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços Nº **000xx/202x**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

**4.1** - O objeto desta licitação deverá ser entregue na Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL/FI – Av. Cel. Aventino Ribeiro, 1.099, Bairro Imbel, Itajubá-MG, CEP: 37501-345, após o recebimento da respectiva Nota de Empenho, dispondo o contratado do prazo de até **xx (xxxxx) dias, para a entrega**.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

**5.1** - Os pagamentos serão feitos, por crédito em conta bancária, após cada entrega dos materiais, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento dos materiais nos documentos hábeis de cobrança.

5.1.1 - Para execução do pagamento de que trata o **item 5.1** desta Ata, a licitante vencedora deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Indústria de Material Bélico do Brasil, CNPJ nº sob o CNPJ nº 00.444.232/0007-24, o nome do Banco, o número de sua conta bancária e a respectiva Agência.

5.1.2 - Caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, acompanhado da Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

5.1.3 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue, pela licitante vencedora, diretamente ao Gestor da Ata de Registro de Preços que somente atestará o fornecimento e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

**5.2** - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo Gestor da Ata de Registro de Preços e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a IMBEL - FI.

**5.3** - A liberação dos pagamentos ficará condicionada após verificação prévia a comprovação de regularidade da licitante vencedora junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio de consulta “on-line” feita pela IMBEL – FI, ou mediante a apresentação da documentação obrigatória de regularidade fiscal perante (RECEITA FEDERAL, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, FGTS e INSS), e no portal do TST, quanto à Certidão Negativa de Dívidas Trabalhistas; no portal do CNJ, quanto à condenação por Improbidade Administrativa; ao CADIN; ao Portal da Transparência; ao Portal da Transparência/CEIS, e ao Portal do TCU, para a verificação de empresa inidônea, devendo a contratada estar com toda a sua documentação obrigatória válida.

**5.4** - Diante da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela IMBEL, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data do vencimento da fatura até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Quando for o caso, serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

**6.1** - O pedido de compra será formalizado por intermédio de nota de empenho quando a entrega for de uma só vez e não houver obrigações futuras, ou por empenho e contrato de fornecimento nas hipóteses que se fizerem necessárias cláusulas de obrigações futuras.

**6.2** - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

**6.3** - Se a qualidade dos materiais entregues não corresponder às especificações exigidas no Edital do Pregão que precedeu a presente Ata de Registro de Preços, a remessa do material apresentado será devolvida ao fornecedor, para substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

**6.4** - Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação da IMBEL - FI através de emissão de Nota de Empenho e pedido de compra.

**6.5** - Os materiais deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal Eletrônica correspondente.

**6.6** - A empresa fornecedora, quando do recebimento do pedido de compra feita pelo requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente o acompanhar, a data e hora em que o recebeu, além da identificação de quem o recebeu.

**6.7** - A cópia do pedido de compra referida no **item anterior** deverá ser devolvida para o requisitante, a fim de ser anexada aos processos correspondentes.

**6.8** - Caberá aos Fornecedores Beneficiários da Ata de Registro de Preços:

6.8.1 - O recebimento dos materiais será provisório, para posterior verificação, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, da sua conformidade com as especificações do Edital e da proposta.

6.8.2 - Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Edital e da Ata que vier a ser assinada.

6.8.3 - Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente a IMBEL - FI ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

6.8.4 - Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto desta licitação, sem prévia autorização da IMBEL - FI.

6.8.5 - Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação.

6.8.6 - Prestar esclarecimentos a IMBEL – FI sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam independentemente de solicitação.

6.8.7 - Conforme estabelecido no Decreto 11.462/2023, que trata das aquisições adicionais, limitados ao quádruplo dos quantitativos registrados na Ata, poderá o fornecedor, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**6.9** - Caberá a Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL® – FI.

6.9.1 - Efetuar as requisições, de conformidade com a discriminação constante deste Edital.

6.9.2 - Proporcionar todas as facilidades necessárias ao recebimento do material requisitado.

6.9.3 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação.

6.9.4 - Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES**

**7.1** - Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do Art. 49 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa.

**7.2** - As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

**7.3** - A Administração poderá aplicar as seguintes multas:

7.3.1 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para a assinatura da Ata de Registro de Preços; do Contrato e do recebimento da Nota de Empenho;

7.3.2 - Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor do material não entregue, observado o prazo de entrega constante no Anexo I, limitada a incidência de 30 (trinta) dias;

7.3.3 - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) em caso de atraso injustificado para assinatura do contrato, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor total da avença;

7.3.4 - multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) em caso de situação irregular de habilitação, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor total da Nota de Empenho;

7.3.5 - Multa de 15% (quinze por cento), pela inexecução total ou parcial do fornecimento contratado incidente sobre o valor do material não entregue, por período superior a 30 (trinta) dias. A multa a que alude este tópico, não impede que a Contratante cancele, unilateralmente, o Contrato e aplique as outras sanções previstas na legislação vigente à época;

7.3.6 - A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor;

7.3.7 - As multas quando não descontadas deverão ser colocada à disposição da IMBEL-FI em sua administração, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data da ciência expressa por parte da contratada;

7.3.8 - Decorrido o prazo estipulado no subitem anterior, a IMBEL-FI fará a devida cobrança judicial, sem prejuízo do previsto no item abaixo;

7.3.7 - O faltoso ficará impedido de licitar ou contratar com a IMBEL-FI enquanto não quitar as multas devidas;

7.3.9 - A multa aplicada deverá ser recolhida ao Tesouro Nacional por meio de GRU (guia de recolhimento da união), no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do dia útil imediato ao recebimento da notificação enviada pela IMBEL e o recibo entregue na Divisão de Finanças da IMBEL;

7.3.10 - Em caso de não pagamento da multa pelo licitante, a mesma será cobrada judicialmente pela IMBEL;

7.3.11 - Se o adjudicatário recusar-se a assinar o Termo de Contrato ou se recusar a receber a Nota de Empenho, injustificadamente, ou não apresentar situação regular de habilitação, sem prejuízo

das sanções previstas, serão convocados os licitantes remanescentes para celebrá-lo, observada a ordem de classificação, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades, na forma da lei;

7.3.12 - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa;

7.3.13 - Para aplicação das sanções, será observado o devido processo legal, por intermédio da instauração de processo administrativo previsto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DE PREÇOS**

**8.1** - A avença a ser firmada poderá sofrer reajuste de preços, obedecendo à seguinte regra:

8.1.1 - o primeiro reajustamento poderá ocorrer após decorridos 12 (doze) meses, contados a partir da data efetiva da proposta de preços;

8.1.2 - os reajustes subsequentes ocorrerão decorridos 12 (doze) meses, a contar da data do primeiro reajustamento;

8.1.3 - será admitido pela Administração o reajustamento com base no índice do IPCA, sobre o valor praticado no contrato;

8.1.4 - caso ocorra a extinção do índice fixado pela Administração, as partes em comum acordo, elegerão novo índice para reajuste;

8.1.5 - o preço contrato será reajustado para mais ou para menos, de acordo com a variação do índice indicado no item 8.1.3 com base na fórmula abaixo, vedada a periodicidade de reajuste inferior a um ano (12 meses), contados da data limite para apresentação da proposta (redação dada pelo Decreto nº 1.110, de 13/04/1994) - Decreto nº 1054, de 07/02/1994:

I - Io

$R = V \frac{I - I_o}{I_o}$ , onde:

Io

R = valor do reajuste procurado;

V = valor contratual do fornecimento, obra ou serviço a ser reajustado;

Io = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = índice relativo à data do reajuste

**8.2** - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

## **CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**9.1** - O material objeto desta Ata de Registro de Preços será recebido pela IMBEL - FI, consoante o disposto no Art. 182 do Regulamento de Licitações e Contratos da IMBEL e demais normas pertinentes.

**9.2** - A cada fornecimento do material, será emitido recibo nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 3.555/2000, por pessoa indicada pela administração.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1** - As Atas de Registro de Preços, decorrentes desta licitação serão canceladas de pleno direito pela Administração, assegurado o contraditório e à ampla defesa, quando:

10.1.1 - Por decurso de prazo de vigência;

10.1.2 - Não restarem fornecedores registrados;

10.1.3 - A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

10.1.4 - A detentora não retirar o pedido de compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;



10.1.5 - A detentora der causa a rescisão administrativa do contrato decorrente de Registro de Preços;

10.1.6 - Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente de Registro de Preços;

10.1.7 - Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, após prévia convocação para negociação com o fornecedor. Caso frustrada a negociação o fornecedor será liberado, sendo convocados os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

10.1.8 - Por razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela Administração, observando os princípios do contraditório e da ampla defesa;

10.1.9 - As detentoras, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior.

**10.2** - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item 10.1, Cláusula Décima, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

**10.3** - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

**10.4** - A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na **Cláusula Sétima** desta Ata de Registro de Preços, caso não aceitas as razões do pedido.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DOS PEDIDOS DE COMPRA**

**11.1** - Os fornecimentos do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, pelo Ordenador de Despesas da IMBEL – FI;

**11.2** - A emissão das ordens de compra, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pelo almoxarife, quando da solicitação dos itens.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**12.1** - Integram esta Ata, independentemente de transcrição, implicando em plena aceitação, o respectivo instrumento convocatório e seus anexos, bem como a proposta vencedora do certame;

**12.2** - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 14.133/2021, e Decretos nº 11.462/2023 e nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e demais normas aplicáveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

**13.1** - As questões decorrentes da utilização da presente Ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, localizado em Pouso Alegre, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

**13.2** - E para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente ATA em 02 (duas) vias de igual teor, forma, para um só efeito, as quais depois de lidas e achadas conforme, são assinadas pelas partes.

Itajubá-MG, de de 2026.

---

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL

---

FORNECEDOR (nome da empresa)



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DO EXÉRCITO  
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL/FI/MG**

**ANEXO IV**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2026PR000033**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90033/2026 (SRP)**

**VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

**RELAÇÃO DA EMPRESA BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇOS**

Em decorrência das propostas apresentadas e homologadas no certame licitatório de que trata o Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 900xx/2026, ficam registrados, para fornecimento do serviço descrito no objeto, no período de 12 (DOZE) meses a contar da publicação da Ata no Diário Oficial da União – DOU, os preços unitários e respectivas licitantes classificadas por item:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1				R\$	R\$
VALOR TOTAL GLOBAL					R\$

Valor total da proposta R\$ XX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) em algarismos e por extenso.